

11 MAR 1992

Rolagem de dívidas

GOVERNADORES QUEREM FLEXIBILIZAÇÃO

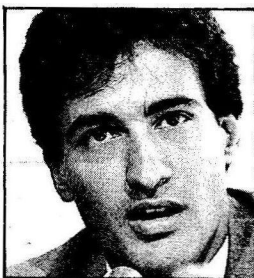
Public

Os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais ameaçam não assinar os contratos de renegociação de suas dívidas, previstos na lei 8.388/91, negociados no final do ano passado com os governadores em troca da aprovação do ajuste fiscal do governo. Luiz Antônio Fleury, Hélio Garcia e Leonel Brizola querem que o governo federal flexibilize a lei para que um volume maior de recursos possa ser refinanciado, excluindo das regras de rolagem apenas as dívidas com empreiteiros e fornecedores.

“Se os governadores não quiserem assinar os contratos que não assinem”, contra-atacou ontem o diretor do Departamento do Tesouro Nacional (DTN), Roberto Guimarães. Responsável pelas negociações, ele reagiu com dureza à uma flexibilização da lei para permitir que um maior volume de dívidas possam ser reescaloadas pelo prazo de 20 anos e assegurou que “existe um compromisso político” do Senado para votar uma resolução que referenda os termos da legislação.

Acordo verbal

Mesmo que o diretor do Tesouro conteste, o secretário de Fazenda de Minas Gerais, Roberto Brant, sustenta que durante as negociações para aprovação da lei, no final do ano passado, houve “um acordo verbal” para se buscar uma definição “mais flexível” para o artigo 7 da lei. Por este artigo,



Roberto Guimarães

Arquivo/AE

ficam excluídos do reescalamento os débitos em poder de tomadores finais.

Os governadores querem uma definição que não classifique os títulos em poder das instituições financeiras, seguradoras, corretoras e fundos de pensão como “tomador final”. Ou seja, para estes Estados tomador final são apenas os fornecedores e empreiteiros. O governo, no entanto, é inflexível. “Não há o que negociar. A lei foi aprovada e todos sabiam o que se estava aprovando. Não pode haver nenhum direito que se sobreponha à lei”, sustenta Guimarães.

Discussões

A renegociação da dívida dos Estados e municípios será discutida hoje entre lideranças do Congresso e autoridades da área econômica na casa do senador Marco Maciel (PFL-PE). Segundo o presidente do Banco Central, Francisco Gros, o governo aceita negociar pontos da rolagem, desde que seja dentro dos limites da lei aprovada em dezembro de 91. Gros acredita que mesmo dentro deste parâmetro há espaço para negociação. Ele acrescentou ainda que o Executivo não tem interesse em modificar as regras estabelecidas, mas lembrou que o Congresso é soberano para aprovar um novo texto.

Enquanto isso, o Supremo Tribunal Federal julga hoje as ações de inconstitucionalidade contra a lei que permitiu a rolagem da dívida dos Estados, apresentadas pelo PSDB e PST.

Beatriz Abreu/AE